

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

**GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**A PARTICIPAÇÃO DO TERCEIRO SETOR NO PROCESSO DE  
DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA: UM ESTUDO DE CASO COM A ONG  
ORQUESTRANDO A VIDA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**

**MICHELY DA SILVA ALVES**

**Campos dos Goytacazes, 2018**

MICHELY DA SILVA ALVES

A PARTICIPAÇÃO DO TERCEIRO SETOR NO PROCESSO DE  
DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA: UM ESTUDO DE CASO COM A ONG  
ORQUESTRANDO A VIDA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Monografia apresentada ao  
programa de Bacharelado em  
Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Nilo Lima de  
Azevedo

Campos dos Goytacazes, 2018

MICHELY DA SILVA ALVES

A PARTICIPAÇÃO DO TERCEIRO SETOR NO PROCESSO DE  
DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA

Monografia apresentada ao  
programa de Bacharelado em  
Administração Pública.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Nilo Lima de Azevedo (Orientador)

\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Carlos Gustavo Sarmet Moreira Smiderle

\_\_\_\_\_

Prof. Ma. Bruna Marcelle Bastos Dias Marinho

Campos dos Goytacazes, 2018

*“Quando a música é a única esperança,  
cabe a nós, então, tocar e lutar.”*

Marcos Rangel

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais Wagner e Jovanes, que não mediram esforços para minha educação, seja ela em sala de aula quanto fora dela. Foram princípios ensinados que nenhum diploma ou currículo seriam capazes de levar. De igual forma, sou grata pela companhia e incentivos de meus irmãos e demais familiares.

Não posso deixar de agradecer aos meus pais na fé Pastor Vando e Alessandra que estiveram ao longo dos cinco anos me dando o apoio também em suas orações. Esse foi um suporte e recurso que possibilitou a minha resistência e não desistência do curso por tantas vezes em que pensei que não pudesse aguentar a distância de casa e as pressões do dia a dia. Isso também só foi possível pelo contato com amigos que conquistei pela UENF da Aliança Bíblica Universitária (ABU), e a cada semana nos reuníamos nos incentivando e motivando a continuar essa jornada e correremos nossa carreira. Verônica, Diego, Deivisson, Victor, Wallison e William, foram essenciais nessa jornada.

E sem dúvida o desafio de ter chegado até aqui não seria vencido sem a presença e amizade conquistada dos meus amigos de turma Bruna, Danilo, Fernando, Jéssica, José Victor, Júlia, Laira, Luana, Lyzandra, Mylena, Murilo e Thiago. Foram noites sem dormir juntos, viagens para congressos juntos, organização de eventos juntos, brigas e comemorações juntos. Durante o curso discordamos e nos reconciliamos inúmeras vezes, mas em tudo sempre prevalecia nosso mútuo sentimento de família que pudemos construir. Se tratando de família, agradeço imensamente às famílias que me acolheram e mantiveram as portas de suas casas abertas para mim nos momentos que mais precisei. Agradeço à dona Lúcia, Fernando e Lucas (família de Fernando) e também tia Leila, Carlos Alberto e Luna (família de Laira).

Agradeço aos discentes da universidade que tive a oportunidade e o privilégio de ser ministrada nas aulas. Em especial aos professores do Laboratório de Gestão de Políticas Públicas (LGPP) e em destaque, meu agradecimento ao Professor Doutor Nilo Azevedo, que me orientou neste presente trabalho, me auxiliando a por em ordem ideias que ainda estavam sem forma, mas pacientemente foi como um pai para mim nesse processo.

Por último, porém o mais importante dos agradecimentos, agradeço a Deus pela capacitação, força e motivação que não é possível encontrar em nenhum outro lugar, ou em nenhuma outra pessoa senão em Cristo. E é nEle que estão as minhas

expectativas, e não em alguém, nem em mim mesma. E também é a Ele que dedico essa conclusão de mais um desafio, que é a graduação em Administração Pública.

Dedico este trabalho a Deus, pois  
“todas as coisas foram criadas por ele, e tudo  
existe por meio dele e para ele.” (Romanos 11:36).

## Sumário

• RESUMO.....	9
• ABSTRACT.....	10
• LISTA DE ABREVIATURAS .....	11
• INTRODUÇÃO.....	12
• CAPÍTULO I: A RELAÇÃO CULTURA E CIDADANIA.....	16
• 1.1 - POLÍTICAS CULTURAIS .....	19
• CAPÍTULO II: TERCEIRO SETOR E POLÍTICAS SOCIAIS.....	21
• CAPÍTULO III: ORQUESTRANDO A VIDA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: POLÍTICA PÚBLICA E CIDADANIA.....	29
• 3.1 - EL SISTEMA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA .....	29
• REALIDADE DA ORQUESTRANDO A VIDA EM 2016.....	34
• ENACTUS E A RELAÇÃO COM O ORQUESTRANDO A VIDA.....	37
• ORQUESTRANDO A VIDA EM 2018 .....	40
• CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	45
• REFERÊNCIAS .....	47

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo estudar como a política de cultura para o ensino da música desenvolvido na Venezuela, e largamente difundido no país pelo governo nacional, conhecido *El Sistema* foi aplicado na ONG “Orquestrando a Vida” no município de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro. Para tanto buscará entender como a política de cultura fomenta a cidadania; através da participação do terceiro setor na efetivação e implementação de serviços públicos culturais, bem como as parcerias realizadas, tendo como foco a atuação da ENACTUS, uma organização estudantil internacional que atua na Universidade Estadual do Norte Fluminense desde 2017.

**Palavras-chaves:** Cultura; Terceiro Setor; El Sistema, Orquestrando a Vida

## **ABSTRACT**

This article aims to study how a cultural learning music policy developed in Venezuela, and widely disseminated by the national government, known as El Sistema was implemented in the NGO "Orquestrando a Vida" in the county of Campos dos Goytacazes, in the Rio de Janeiro state. For the matter is important to understand how a cultural policy is able to enforce the citizenship; through the participation the Third Sector in the implementation of the public cultural services, and its partnership, focusing on the performance of the ENACTUS' sactivities, an international student organization that operates in Universidade Estadual do Norte Fluminense, since 2017.

**Keywords:** Culture; Third Sector; El Sistema, Orquestrando a Vida

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CEAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

CF/88 – Constituição Federal de 1998

CMPDCA – Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

FMIJ – Fundo Municipal da Infância e Juventude

INSS – Instituto Nacional do Serviço Social.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional.

MARE – Ministério de Administração e Reforma do Estado

NEOJIBA - Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia

ONG – Organização Não Governamental

OS - Organização Social

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

TUPF - Título de Utilidade Pública Federal

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

UPE - Utilidade Pública Estadual

UPM - Utilidade Pública Municipal.

## INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de dimensões continentais, com 204 milhões de habitantes e uma federação composta por 27 estados membros, o Distrito federal, e mais 5.570 municípios. Ter uma grande área territorial faz com que cada estado e cada região tenha sua maneira própria de se expressar, e uma das promessas do federalismo, com as *share rules* e *self rules*<sup>1</sup> é que cada ente federativo seja capaz de manifestar e gerir as suas singularidades, ou seja é a capacidade da existência da unidade na diversidade. A maneira particular de cada indivíduo de manifestar-se é uma forma de identificação entre os grupos de uma mesma região ou sociedade, que também se expressam de forma igual ou semelhante. Isso faz com que haja o surgimento de uma linguagem própria que vai além de dialetos. Uma linguagem que pode ser expressa não apenas com palavras, mas com gestos, música, dança, comida, e ritos que são mais profundamente compreendidos e vivenciados pelos que partilham dessa mesma linguagem. Assim surge a cultura.

Espalhado pelo grande território brasileiro vê-se diferentes formas de cultura sendo demonstradas de maneiras particulares em cada estado: o chimarrão no Rio Grande do Sul, o Frevo no estado de Pernambuco, o tradicional pão de queijo em Minas, o tecnobrega no Pará, o funk no Rio de Janeiro, o pop rock e o rap em São Paulo, entre outras formas que cada região tem de se expressar. Isso torna cada região única por suas diferentes culturas.

A necessidade de uma discussão acerca da identidade no Brasil é ainda maior que para os nossos vizinhos latinos americanos. A começar pelo tamanho continental e nosso processo histórico de ocupação que não envolveu apenas o país colonizador, mas diversas etnias africanas e indígenas, sem contar com os imigrantes europeus e asiáticos (BARBALHO, 2013, p. 15). Por isso, pensar em políticas culturais no Brasil é um desafio. Durante muito tempo em nossa história, ficamos limitados no que diz respeito à produção cultural. Tudo o que foi absorvido veio de fora com nossos colonizadores. Por esse motivo, nossas concepções e conhecimentos institucionais sobre os bens culturais se tornaram algo distante da maior parte da população, sendo necessário a participação

---

<sup>1</sup>*Share rules* e *self rules* são duas noções amplamente usadas para definir, descrever e classificar os sistemas políticos federais. Há ampla concordância na literatura de que o autogoverno se refere à autonomia e, portanto, até que ponto as unidades subnacionais (Länder, cantões, estados, províncias, comunidades autônomas etc.) são livres para decidir, financiar e implementar suas próprias políticas. (MUELLER, 2014)

de um mediador simbólico. Um patrimônio ou cultura era considerado de valor quando observada sua grandeza e história. Mas quem ditava tal valor era um grupo seletivo de intelectuais que diferente dos demais, portava o direito de dar valor a algo, o que se configura como uma concepção elitista de cultura (AZEVEDO, JÚNIOR, 2012, p. 12).

O acesso à cultura se torna um direito universal adquirido a todos os cidadãos brasileiros pela Constituição Federal de 1988. Isso faz com que, em tese, não haja nenhuma distinção ou separação entre os direitos de acesso ou incentivo a práticas ou manifestações culturais (Art. 215, Constituição Federal de 88).

O Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN), reuniu uma coletânea de cartas e declarações patrimoniais sob uma perspectiva internacional, e uma delas em específico, a chamada Declaração do México, publicada no ano de 1985, durante a realização da Conferência Mundial, trata das diretrizes e valores das Políticas Culturais. A Conferência teve o intuito de discutir e pontuar os principais marcadores normativos em relação às políticas culturais, levando em conta os conceitos de cultura, identidade cultural e patrimônio cultural. Nesse sentido, a Declaração do México estabelece que às políticas culturais devem se embasar em seis eixos: a identidade cultural; a dimensão cultural do desenvolvimento; a cultura e democracia; patrimônio cultural; criação artística e intelectual e educação artística; relação entre cultura, educação, ciência e comunicação; e a cooperação cultural internacional (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985). Neste trabalho destacaremos, de forma didática, sobretudo os três primeiros eixos, embora saibamos que não é possível compartimentalizar a relação entre elementos da sociedade como cultura, educação, ciência e comunicação, bem como as recomendações que envolvem principalmente a aproximação cultural entre os povos.

Foi a Declaração do México, que em termos internacionais, possibilitou uma grande virada conceitual em direção à democratização das políticas de cultura. Essa democratização, acesso e incentivo à cultura têm como objetivo a criação de diretrizes que possibilitem uma política efetiva, como algo real e palpável construída não só por uma elite, mas tendo todo o povo como um ator privilegiado, não só do consumo, mas também na produção de bens culturais. Segundo a Carta Internacional do México, não há uma cultura superior ou inferior, mas cada qual com sua identidade e representatividade entre os indivíduos são importantes, "identidade cultural e diversidade são indissociáveis" (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985). É algo que vai além do que se pode denominar "bom" ou "ruim". Está relacionada com as três

dimensões da Cultura: Identidade cultural, dimensão cultural do desenvolvimento e cultura e democracia.

Em um país como o Brasil, o elevado grau de escolaridade e renda, ou seja, a desigualdade social, gera uma maior facilidade ao acesso para determinadas pessoas à determinadas obras e produções culturais, que passam a fazer parte de uma formação cultural, que apenas uma parcela da população possui, e que se convencionou a ser conceituada como cultura “cultura”, com todos os aspectos valorativos, por vezes elitistas, que o conceito carrega. Ao contrário do que a cultura realmente é, e não se resume as formas “cultas” de manifestação.

A cultura independe de raças, regiões, escolaridade, nível social para existir, ela faz parte justamente dessa mistura pelo fato de ser universal. A cultura vai além das artes e letras. Ela está por trás de um estilo de vida, e dos direitos fundamentais do ser humano. Suas tradições e crenças também estão ligadas à formação do homem.

Entendendo a cultura como um direito, nos interessa a análise da concepção de cidadania cultural. A concepção individualista passou a ocorrer quando se deixou de observar a sociedade e passou-se a observar o indivíduo. Essa primazia do indivíduo sobre o coletivo, junto ao contexto da estruturação de um estado laico e com bases racionais, a garantia dos direitos passa a anteceder os deveres (FERNANDES, 2010. p. 172). Para Marilena Chauí, existem quatro modalidades dessa relação entre o Estado e a cultura no Brasil: A Liberal, a do Estado Autoritário, a Populista e a Neoliberal.

“[...] a cultura foi pensada como direito dos cidadãos e a política cultural como cidadania cultural. [...] procuramos marcar desde o início que a política cultural visava também uma cultura política nova.” (CHAUÍ, 1995, pág. 82).

Segundo o artigo 215 da CF/88, cabe ao Estado enquanto Primeiro Setor, a garantia do apoio e incentivo à valorização da Cultura. Porém, na prática essa garantia que deve ser fortalecida e promovida pelo Estado, pode ocorrer de várias formas, seja de forma direta pela ação estatal, ou por cooperação como um apoio à garantia e efetivação desse direito do acesso a cultura, realizada pelo Terceiro Setor.

O Terceiro Setor é composto por organizações privadas sem fins lucrativos, e que tem a sua atuação voltada para as lacunas deixadas pelo setor público e pelo mercado (o Primeiro e o Segundo Setores respectivamente). O Terceiro Setor não é de natureza nem pública e nem privada, mas pode-se entender como um espaço institucional que abrange as entidades privadas com finalidade pública. Essa característica de atuação está diretamente relacionada ao papel de produzir bens e

serviços com investimento privado, ou público na área social (OAB/SP/2011). Essa atuação não isenta o Governo de suas responsabilidades de promover os direitos fundamentais previstos pela Constituição. O Terceiro Setor não é o substituto da função do Estado, mas o reconhecimento dessa parceria com a sociedade, que busca complementar e auxiliar a resolução dos problemas sociais, inclusive os relacionados à cultura.

Nesse sentido, a presente monografia trata da ONG Orquestrando a Vida, que está presente no município de Campos dos Goytacazes desde 1996, e atua no ensino de música clássica a crianças e jovens carentes e trabalha com a inserção desses jovens ao contato com um mundo que antes não conheciam proporcionando a estes, perspectivas de uma vida diferente.

Para tanto, este trabalho está dividido em três capítulos: um primeiro capítulo que trata do conceito de cidadania cultural e a importância da democratização do seu acesso. No segundo capítulo é abordado o Terceiro Setor, seu conceito e normas que o regem, no terceiro capítulo o estudo de caso com a ONG Orquestrando a Vida e o programa que a originou, o *El Sistema*, bem como da parceria entre a ONG e a ENACTUS, uma organização estudantil internacional que atua na Universidade Estadual do Norte Fluminense desde 2017, que busca realizar consultorias à organizações de economia solidária através do empreendedorismo social.

## CAPÍTULO I: A RELAÇÃO CULTURA E CIDADANIA

A Cultura é um conceito semiótico, sendo seu significado construído pelos homens e sua história. Etimologicamente, a palavra se origina do verbo latino *colere*, que se relaciona com o sentido de cultivo: cultivar e cuidar. Em outras palavras, a cultura adotando esse significado, possui uma íntima ligação com as mesmas atribuições teóricas da agricultura. Assim como o cultivo, ou agricultura, sua ação se refere a “plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém; era fazer brotar, frutificar, florescer, e cobrir de benefícios” (CHAUÍ, 2008, p.55).

Ao longo da história no ocidente, esse conceito foi se perdendo, e ao chegar no século XVII, com o surgimento da Filosofia da Ilustração<sup>2</sup>, o conceito de Cultura ressurge, como sinônimo de civilização. Agora não mais como o sentido de cultivar ou frutificar, mas a cultura passa a ser vista como o conjunto de práticas, como a arte, ciência, técnicas, filosofia, trabalho, que compõe a sociedade (CHAUÍ, 2008, p.58). “Ter cultura” passa a ser sinônimo de civilização. A II Conferência Nacional de Cultura, enxerga com perspectiva mais ampla a cultura humana como "o conjunto de modos de viver, que variam de tal forma que só é possível falar em culturas, no plural" como diz um trecho do texto base da II Conferência Nacional de Cultura (BRASIL, 2010, p.3).

A Democracia é o “governo em que o povo exerce a soberania, direta ou indiretamente” segundo o dicionário Aurélio. Segundo a Constituição Federal, um Estado Democrático é

“destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias [...]” (Preâmbulo da Constituição Federal de 1988).

Democratizar a cultura, de certa forma é torná-la acessível. O que é diferente de massificá-la. Pelo contrário, ao tomar essa postura, o que está sendo feito é justamente a negação da democratização (CHAUÍ, 2008, p. 63).

“O que pode ser a cultura tratada do ponto de vista da democracia? O que seriam uma cultura da democracia e uma cultura democrática? Quais os

---

<sup>2</sup>“Nesse período há grande interesse pelas ciências que se relacionam com a ideia de evolução e, por isso a biologia tem um lugar central no pensamento ilustrado, pertencendo ao campo da filosofia da vida. Há grande interesse pela arte, elas são as expressões do progresso de uma civilização. Nesse período existe o interesse pela compreensão das bases econômicas da vida social e política.” (CHAUÍ, 2000, p. 58)

problemas de um tratamento democrático da cultura, portanto, de uma cultura da democracia, e da realização da cultura como visão democrática, portanto, de uma cultura democrática? Essas perguntas sinalizam alguns dos problemas a enfrentar. Em primeiro lugar, o problema da relação entre cultura e Estado; em segundo, a relação entre cultura e mercado; em terceiro, a relação entre cultura e criadores” (CHAUÍ, 2008, p. 63).

Marilena Chauí aponta quatro principais modalidades de relação entre o Estado e Cultura no Brasil: (a) O Liberal, que identifica a cultura como belas-artes. Nesta modalidade, as belas-artes são privilégios concedidos apenas a uma elite, e inalcançável pela sociedade geral. (b) O Estado Autoritário, em que é o Estado quem produz e distribui a produção cultural, tendo ele o poder da censura. O que é acessível ou não à sociedade passa pela decisão do Estado. (c) A Populista, de maneira genérica, manipula a cultura popular, que seria a "produção cultural do povo", e é considerada também a versão popular das belas-artes. (d) A Neoliberal enxerga a cultura como um evento de massa. Ela tende a privatizar as instituições públicas capazes de promover a cultura e deixar tudo sob o controle e responsabilidade de empresários culturais (CHAUÍ, 1994, p. 81).

Se observarmos o tratamento do Estado em relação à cultura, pode-se dizer que ele tomou uma postura antidemocrática, com característica populista. A proposta em todo tempo tem sido de ampliar o campo cultural, tornando as manifestações cada vez mais conhecidas, e formando assim uma cultura oficial. Em um primeiro momento o Estado surge com uma ideia de irradiação dessa cultura oficial, mas no segundo momento, ele toma a postura de um “balcão para atendimentos de demandas” e adota os padrões de consumo (CHAUÍ, 2008, p. 64).

Contudo, há outra relação entre o Estado e os órgãos estatais, que torna o Estado incapaz de produzir a cultura. Para isso, retornemos ao conceito de Cultura. Ela constitui uma atividade social, que permeia entre um campo de símbolos e signos, valores, comportamentos e práticas. Vale ressaltar que em decorrência da pluralidade, das classes sociais, e a divisão de grupos sociais, há diferentes campos culturais partindo de uma mesma sociedade. Nessa visão multiforme da cultura, o Estado passa de produtor da Cultura, para um dos elementos que compõe essa formação. O Estado cria para si os símbolos, signos, imagens e poder. Ele passa a ser um produto e não um produtor. E é um produto que exprime a divisão e a multiplicidade social.

Em 1985, na Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, realizada no México, o centro do debate se dava em relação às diretrizes para as políticas culturais, e

também do que e como devem ser os princípios em relação ao planejamento dessas políticas. De todas as diretrizes citadas na declaração, trataremos neste trabalho com mais detalhes acerca das seguintes questões: (a) a Identidade cultural, em que cada cultura representa um conjunto de valores que é único, capaz de representar cada povo. As peculiaridades não dificultam, mas pelo contrário, fortalecem os valores universais que unem os povos. (b) a Dimensão Cultural do Desenvolvimento, tende a proporcionar a todos os homens a oportunidade de realizar um melhor destino. O homem é o alvo da política. Ele é o começo e o fim do desenvolvimento. Qualquer política cultural deve ter como seu objetivo o resgate do sentido profundo e humano do desenvolvimento, e não apenas centrar as políticas de desenvolvimento no plano econômico(DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985, p. 7).

Outro princípio apontado na declaração do México, e também é um dos pontos que Chauí traz para discussão é a relação entre cultura e cidadania. O cerne desse princípio é que "a cultura procede da comunidade inteira e a ela deve retornar" (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985, p. 3), e é o que diz também na declaração Universal dos Direitos Humanos em seu artigo 27, que "toda pessoa tem direito a tornar-se livre para gozar das artes, participar da vida cultural da comunidade e participar dos processos científicos e benefícios que resultem dele". No *caput* do artigo 215 da nossa Constituição também diz que "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais". Dessa forma a democracia é um bem quando se pensa que:

Os espaços da senzala, do cortiço, da favela, considerados como resíduos materiais, irão incorporar-se ao debate com a abertura política, com a ascensão da democracia e com as formas de participação mais incisivas dos movimentos sociais, ressurgindo a afirmação de que as culturas excluídas dentro da cidade devem impor-se, mesmo marginalizadas, como parte da realidade e da história (AZEVEDO e BOTELHO, 2005, p.44).

Ou seja, um ganho da Constituição de 1988 é que a todo cidadão, deve ser assegurado o seu direito a manifestação cultural e que essa manifestação seja respeitada como forma legítima de expressão, a ser incentivada pelo Estado como parte integrante do livre exercício da cidadania, mais especificamente, a cidadania cultural.

## 1.1 - POLÍTICAS CULTURAIS

As políticas culturais são formuladas, propostas e desenvolvidas pela Administração Pública, organizações não-governamentais e empresas privadas, com o objetivo de promover intervenções na sociedade através da cultura.

Os estudos sobre políticas culturais possuem uma visibilidade crescente, pois cada vez há mais pesquisadores, profissionais e instituições interessadas em trabalhar este tema. Porém, ele ainda possui certa fragilidade teórica, pois poucos desses trabalhos possuem uma preocupação em trazer uma discussão mais conceitual. Ainda não foi alcançada uma delimitação em consenso entre os teóricos a respeito do seu conceito. Desse modo, sua definição vai descender dos dois amplos conceitos de Cultura e Política.

Para Canclini (2001, p. 65), as políticas culturais resumem-se a um conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados com o objetivo de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social. E Coelho (1997, p. 292) completa essa definição afirmando que as iniciativas desses agentes visam “promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável”. E considera a política cultural como uma “ciência da organização das estruturas culturais” que tem como objetivo “o estudo dos diferentes modos de proposição e agenciamento dessas iniciativas, bem como a compreensão de suas significações nos diferentes contextos sociais em que se apresentam”.

Pensando além do aparato institucional do Estado, as políticas culturais podem ser realizadas por inúmeros setores e agentes sociais, inclusive atuando em conjunto. Este alinhamento é exigido pelas novas demandas sociais que surgiram a partir das constantes transformações culturais observadas na modernidade. A transversalidade do campo cultural, segundo Rubim (2006, p.8), perpassa todas as áreas da vida social, tais como economia, comunicação, direito, comportamento, diversidade, política exige das políticas culturais uma articulação capaz de romper as fronteiras da dimensão sociológica da cultura. Pensando nas particularidades socioculturais do Brasil, os diversos agentes que interagem no campo cultural possuem muitos desafios na elaboração e na prática de políticas culturais.

As desigualdades observadas entre as regiões do país e entre os diferentes grupos sociais são exemplos de indicadores que revelam a necessidade de políticas de acesso a bens culturais; aceitação e convivência com as diferenças; apoio a uma maior pluralidade de manifestações e segmentos sociais e culturais, dentre outras formas de incentivo. O Brasil, apesar de ocupar importante posição econômica e querer assumir lideranças políticas, especialmente na América Latina, não consegue atentar para a importância do investimento em setores como tecnologia, meio ambiente, esporte e cultura (REIS, 2011. p. 2).

O fato de o Estado não conseguir atender a essa crescente demanda de acesso a serviços, faz com que deixe espaços vagos em sua atuação. O capítulo a seguir, falará do papel do Estado perante o atendimento a essa demanda, bem como a participação de outros atores que o auxiliam nessa função e se relacionam muitas vezes de forma harmoniosa e em mutuo apoio.

## **CAPÍTULO II: TERCEIRO SETOR E POLÍTICAS SOCIAIS**

Antes de tratarmos propriamente sobre o Terceiro Setor é necessário entender melhor o que define essa tipologia e qual é o elo de equilíbrio entre os seus elementos.

Nesta tipologia, o Primeiro Setor, se refere ao Estado, representado no caso do federalismo brasileiro pelas pessoas públicas de direito interno (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), além de órgãos e entidades que estão a estas ligadas, tanto na Administração Direta como Ministérios e Secretarias, quanto na Administração Indireta como as Fundações e as Autarquias (OAB/SP, 2011). Ademais, os objetivos deste setor estão relacionados à promoção do bem-estar social, e cabe a ele realizar ações que garantam serviços públicos como saúde, educação, segurança e cultura de toda a sociedade, bem como resguardar os direitos individuais como o direito de associação, de livre expressão, entre outros.

O Segundo Setor é representado pelo mercado. Ele é composto pelas entidades de caráter privado e suas atividades têm como o objetivo o benefício próprio e particular (OAB/SP, 2011), são as empresas independentemente de seu tamanho ou volume de vendas. Em casos onde as organizações possuem como finalidade a obtenção de lucro, estas serão caracterizadas como componentes do Segundo Setor.

No entanto, existem também as organizações privadas sem fins lucrativos com interesse público, e estas são alocadas como integrantes do Terceiro Setor. Essas organizações são administradas pela sociedade civil e seus interesses são coletivos em prol do bem-estar social. Para o presente trabalho é muito importante compreender a definição e regularização da atuação dessas organizações de forma a entendermos sua atuação no cenário público, como por exemplo, o papel de auxiliar o Primeiro Setor na execução de projetos sociais suprimindo as possíveis necessidades existentes devido ausência de ações do Estado.

Segundo o artigo 5º, inciso XVII e seguintes, da Constituição Federal brasileira de 1988, as associações são consideradas pessoas jurídicas de direito privado, não podendo o Estado interferir em seu funcionamento. Durante a criação de uma entidade, as personalidades jurídicas podem ser fundações, associações, cooperativas de trabalho, sociedades (atividades comerciais ou empresariais com fins lucrativos), organizações religiosas e partidos políticos (são regidas por legislação própria), mas apenas associações representam o Terceiro Setor. Com isso o termo utilizado (instituto, ONG, organizações, etc.) está se referindo sempre a uma associação (site Terceiro-Setor.info).

Autores como Silva et al. (2013, p. 92), afirmam que o Terceiro Setor surgiu através do protestantismo, onde os religiosos protestantes realizavam ações, em que os mesmos se colocavam como uma ponte entre a boa ação de Deus e os indivíduos necessitados. Dessa forma, "os colonos tinham a construção da igreja como prioridade para a comunidade, e que depois de construída a igreja, era usada como escola para as crianças, centro comunitário e instância de resolução de conflitos" (Silva et al., 2013. p. 92). Porém, o Terceiro Setor, tal como conhecemos hoje, surge nos EUA na década de 1960. No Brasil, essa forma de organização da sociedade civil, surge na década de 1960, mas se solidifica após a Reforma do Estado proposta pelo Ministério de Administração e Reforma do Estado, que ocorreu em 1990.

Mas em seus primórdios, Silva et al (2013, p. 92) afirma que o Brasil herdou essa prática cultural-religiosa através preponderância da influência da Igreja Católica enquanto instituição, que fomentava aos seus féis a atitude de ajudar aos necessitados com ações, como a doação de esmolas. Essa transferência de responsabilidade do Estado para o cuidado das classes mais necessitadas, ainda existe em alguns setores, em formato diferenciado, como por exemplo as ações de cultura para a população mais vulnerável. Essa forma de caridade católica, vinculada a uma ação religiosa, que conduz o ofertante da dádiva a Deus, levanta o questionamento, de como esse tipo de ação gera um sujeito ativo e um sujeito objeto da relação religiosa. Dessa forma, o "pequeno" é um meio para atingir o fim religioso, sendo, então, uma relação reprodutora de estigma, e não formadora de autonomia.

Nesse sentido, a forma de suprir as necessidades sociais, desde os anos 1960 é possível observar uma multiplicação do surgimento de organizações que são consideradas do Terceiro Setor e a atuação dessas organizações acontece em vários ramos de atividades, como saúde, defesa de minorias, educação, ecologia, entre outros segmentos (SERVA, 1997. p. 42).

Segundo Serva (1997, p. 42) não é por acaso que essas organizações surgem. As frequentes crises do Estado e o mercado fazem com que seja necessária a mobilização de agentes que venham promover uma contribuição significativa para a coesão social e a criação de empregos.

A expressão "Terceiro Setor" tornou-se comum no Brasil, principalmente entre os teóricos da Reforma do Estado no final da década de 1980 e início da década de 1990 designando o conjunto de entidades da sociedade civil de fins públicos e sem objetivo de lucro (LEITE, 2003. p. 2). Ainda segundo Leite, o Terceiro setor em 1990, surge

como portador de uma nova promessa que é a renovação do espaço público, o resgate da solidariedade e da cidadania, a humanização do capitalismo e, sendo possível, a superação da pobreza.

A lógica de ação do Estado possui características muito distintas da lógica de ação vinculada às organizações sociais que se caracterizam como ONGs, havendo divergências em pontos importantes, como por exemplo, a não necessidade de licitações. Assim, uma parceria entre esses Setores comporta uma alta complexidade institucional. Sobre essas diferenças, a economia solidária desde seu ponto de partida se reconhece como uma ação coletiva que surge dentro de um espaço público em conflito, entre capital e execução de serviços, como aponta Serva (1997, p. 5), e sua afirmação no cenário econômico-social não acontece sem dificuldades.

Esse surgimento de tantas organizações não governamentais estava ainda sem uma ordem ou algum tipo de regulamento que garantissem sua existência e legitimassem suas ações. É necessário que vejamos qual é o cenário antes de falarmos a respeito de seu surgimento, e o primeiro marco dessa linha do tempo é a Reforma do Estado em 1990.

Na década de 1990, se verificou a inviabilidade de uma proposta conservadora de Estado Mínimo, e estas reformas resultaram na revelação da condição necessária de uma Reconstrução do Estado (em 1995). Então, esta Reforma se deu de maneira regulatória e Bresser Pereira enquanto ministro de Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), desenvolveu um caderno específico sobre essas modificações e esclarecimentos a respeito das mudanças ocorridas.

Essa Reforma envolve quatro problemas que embora sejam interdependentes, podem ser distinguidos da seguinte forma:

“(a) um problema econômico-político - a delimitação do tamanho do Estado; (b) um outro também econômico-político, mas que merece tratamento especial - a redefinição do papel regulador do Estado; (c) um econômico-administrativo - a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo; e (d) um político - o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade, e governar.” (PEREIRA, 1997)

Daremos uma ênfase no que tange ao problema citado como a “delimitação do tamanho do Estado” e mais especificamente a delimitação de sua área de atuação. Acredita-se que o projeto da Reforma tenderia reduzir o poder de atuação do Estado, mas ocorreu justamente o contrário. Ele é a organização que detém o "poder

extroverso<sup>3</sup>" sobre a sociedade civil em determinado território, e as organizações privadas e as públicas não estatais têm poder apenas sobre o que lhe cabe como seus funcionários (PEREIRA, 1997). Porém, o Estado possui o poder que é conhecido como o "Poder de Estado", e ele consiste em uma competência para legislar, punir, tributar e realizar transferências a para a liberação de recursos (PEREIRA, 1997). Esse poder pertencente ao Estado tem a finalidade de manter a ordem interna, concentrando esse poder.

O Estado é por definição uma entidade monopolista, assim, possui atividades que são exclusivas a sua atuação (PEREIRA, 1997). Essas atividades são: o poder de definir as leis do país, poder de impor a justiça, poder de manter a ordem, de defender o país, de representá-lo no exterior, de policiar, de arrecadar impostos, de regulamentar as atividades econômicas, fiscalizar o cumprimento das leis. Essas atividades são monopolistas, pois, não há a possibilidade de concorrência. Mas também existem outras atividades que competem ao Estado, segundo o texto do primeiro caderno do MARE, que são a de formular políticas na área econômica e social, prover financeiramente e estruturalmente a educação, saúde, assistência social, previdência social, garantia da renda mínima, seguro desemprego, defesa do meio ambiente, proteção do patrimônio cultural e estímulo às artes. Porém, essas atividades não são todas de exclusiva execução do Estado, ou seja, não são monopolistas. Contudo, na prática, se tornam atividades exclusivas no que diz respeito ao orçamento dos gastos públicos (PEREIRA, 1997).

"Ele também privilegia o planejamento e a transparência da ação pública, assim como a *accountability*. Representa um avanço nas relações da Administração Pública com o Terceiro Setor na direção a segurança jurídica, da eficiência e da democratização de resultados" (BRASIL, 1995. p. 13).

No artigo 37 da Constituição Federal (1988) vemos os princípios da Administração Pública indireta e indireta e essa é a forma como deve ocorrer cada ação proveniente do Estado.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

---

<sup>3</sup>O poder extroverso pode ser definido como o poder que o Estado tem de construir, unilateralmente, obrigações para terceiros, com extravasamento dos seus próprios limites. São serviços em que se exerce o poder extroverso do Estado: o poder de regulamentar, fiscalizar e fomentar." (WADY, 2008)

I - As reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II - O acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998). (Vide Lei nº 12.527, de 2011)

Com isso, qualquer usuário dos serviços oferecidos pelo Estado passa não apenas recebê-lo como alguém que pede um favor, mas alguém que consome um serviço, tornando-se assim um cliente dos serviços públicos tendo a possibilidade de avaliar e julgar os procedimentos adotados na prestação destes.

Como apontado no artigo 37, um dos princípios da Administração Pública é o da eficiência. É esse princípio que regerá se o que está sendo executado encaixa ou não àquilo que foi planejado.

Como foi dito, a forma que como hoje se desenha institucionalmente as organizações da sociedade civil é muito recente. Apenas em 23 de fevereiro de 1999, surge a Lei do Terceiro Setor (Lei 9.790/1999) regulamentada pelo decreto nº 3100/99, marco onde manifestam-se as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que é uma qualificação proveniente dessa regulamentação. As entidades privadas sem fins lucrativos com tal qualificação são responsáveis pela promoção de ações de interesse social como assistência social, promoção da defesa, cultura e conservação do patrimônio artístico e histórico, educação, saúde, segurança alimentar e nutricional, conservar e preservar o meio ambiente, trabalhos voluntários, combate à pobreza e defesa de um desenvolvimento sustentável, entre outros (Terceiro-Setor.info).

A denominação de uma "organização não governamental" pouco representa a real complexidade e diversidade que esse fenômeno sócio organizacional representa (SERVA, 1997). Autores como Lipski e Smith (1990) abordam a visão das ONGs nos Estados Unidos e a forma com que o Estado lida com a sua regulamentação.

Desde o início do entendimento da necessidade da implementação de projetos sociais, as organizações sem fins lucrativos realizam um papel vital na ajuda de pessoas como o fornecimento da educação, treinamento e capacitação, moradia, apoio financeiro, etc. Lipsky e Smith (1990) apresentaram o sistema de apoio do governo americano a essas instituições, foi baseado no incentivo dado pelo presidente Ronald Reagan (seguido de George Bush) que essas parcerias aconteceram, sendo elas bem-sucedidas, uma vez que ambas as partes cumpriam bem o seu papel, ao ponto de que a melhora no oferecimento dos serviços ocorria e com isso, as instituições privadas, de

caráter público, obtinha a ajuda financeira necessária do governo pelo cumprimento de critérios realizados com eficiência.

Lipski e Smith (1990) apontam que a ideia de uma organização sem fins lucrativos invoca uma imagem de comunidade, voluntarismo, confiança cívica e, do amigo ajudando amigo. Isso tem basicamente a ideia de fraternidade com indivíduos buscando o mesmo ideal e lutando por uma mesma causa. Isso mostra o exercício de uma "consciência pública americana". Contudo, essa visão não está perfeitamente alinhada com o que realmente ocorre na atuação dessas organizações expandindo a prestação de serviços para o governo. O relacionamento entre ONGs e Governo não ocorre exatamente desta maneira.

As ONGs deveriam receber os recursos em sua maioria provenientes de doações e o serviço de voluntários. Mas na verdade é basicamente de recursos do governo que vem mais da metade de suas receitas. Para muitas pequenas agências, inclusive, o apoio do Estado abrange todo o seu orçamento, como coloca Lipski e Smith (1990).

No Brasil, segundo a Lei do Terceiro Setor, as OSCIPs têm direitos a alguns benefícios por parte do governo, mas isso ainda é muito pouco, se comparado as suas necessidades visto que seu trabalho ocorre em sua maior parte de maneira voluntária e sem fins lucrativos. O acesso aos benefícios nessa qualificação (de OSCIPs) estão limitados ao desconto no imposto de renda, remuneração de dirigentes, e termos de parceria com o Poder Público. Em esclarecimento, uma ONG pode ser uma OSCIP, mas não necessariamente uma OSCIP é uma ONG (OAB/SP, 2011), pois, a ONG se trata de uma organização social pública, e independe de uma regulamentação para sua existência. As OSCIPs são organizações que possuem um certificado formulado pelo poder público federal que comprova o cumprimento de determinados objetivos. Essas qualificações são:

- Qualificação como Organização Social (OS), que são entidades formadas por pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos. Tal qualificação não é um direito ou opção, mas essas organizações são qualificadas de acordo com determinados critérios de conveniência e aprovação do Poder Público, regulamentadas pela lei nº 9637/98. Essas organizações podem ser na área da saúde, cultura, ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção ao meio ambiente, e atividades que deveriam ser desenvolvidas pelo Poder Público.

- Título de Utilidade Pública Federal (TUPF): Essa é uma declaração regulamentada pela lei nº 91/35 e os decretos 50.517/61 e 3415/00. Ela é outorgada pelo Ministério da Justiça às entidades que possuem um importante valor social e de utilidade pública. Essas entidades devem cumprir todos os requisitos para ter direito a esse título. A forma de obtê-lo é a promoção de atividades de pesquisa científica ou educação, arte e cultura ou atividades filantrópicas. Tendo cumprido essas regras, a entidade recebe como direito descontos no Imposto de Renda, auxílios e doações, realização de sorteios autorizados pelo Ministério da Justiça, etc. Além dessa titulação existem os títulos de Utilidade Pública Municipal (UPM) e Utilidade Pública Estadual (UPE).
- Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS): O artigo 203 da Constituição Federal, e a lei 8.212/91, lei 8742/93, decreto 2536/98 e pela resolução CNAS nº 177/00 é quem faz o regimento desse certificado. Esse título é dado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, às entidades que comprovarem atividades de assistência social como proteção à família, infância, adolescência, velhice e maternidade, amparo de crianças e adolescentes carentes, ações de inclusão de pessoas com necessidades especiais, assistência gratuita à área educacional ou de saúde, inserção no mercado de trabalho, atendimento e assessoramento aos beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social e defender os direitos. A entidade que possui essa certificação adquire benefícios como isenção da cota patronal do INSS, mas para isso ela deve cumprir a todos os requisitos que estão dispostos na legislação que o regula.

A relação entre o Primeiro e o Terceiro setor está completamente ligada formando uma dependência financeira e técnica entre suas participações. Tal situação comparada a essa ideia progressista deixa uma grande lacuna (LIPSKI e SMITH, 1990). De um lado, temos o Estado com sua incapacidade de administrar todas as áreas em que lhe compete, deixando margens para que cidadãos fiquem desprovidos de algum tipo de recurso, benefício ou até mesmo direitos (LIPSKI e SMITH, 1990). Do outro lado, temos instituições que estão dispostas a suprir tais necessidades, mas enfrentam

dificuldade financeira para gerir as ações necessárias. Com isso, surge a necessidade da parceria entre o Governo e as Organizações sem fins lucrativos.

O capítulo a seguir trata do estudo de caso da ONG Orquestrando a Vida, presente no município de Campos dos Goytacazes, e que se enquadra nos requisitos de uma OSCIP, possuindo as certificações necessárias para essa classificação. Uma organização que atua na área da cultura, proporcionando aos integrantes e alunos o aprendizado e prática de música clássica em orquestra sinfônica, fazendo assim, a democratização dessa cultura.

## **CAPÍTULO III: ORQUESTRANDO A VIDA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: POLÍTICA PÚBLICA E CIDADANIA**

Nos capítulos anteriores, foi possível a percepção de alguns fatores central em que gira a nossa discussão: A cultura e o acesso aos meios de produção cultural, a importância do acesso do consumo e da produção da cultura, bem como a influência que esse acesso pode proporcionar com relação ao estilo de vida de seu produtor/consumidor; no segundo capítulo, falou-se sobre o Terceiro Setor, com o seu papel de parceiro do Estado se tornando um agente que torna acessível à população produtos e serviços que seriam de obrigação do Estado.

O estudo de caso selecionado para tratarmos do assunto, está localizado no município de Campos dos Goytacazes, e realiza o papel de tornar a cultura acessível a crianças e jovens democratizando o ensino de música clássica e a prática de orquestra. Esse é o papel que cumpre a ONG Orquestrando a Vida, que ao ano atende cerca de mil jovens impactando não apenas aos alunos, mas também seus familiares.

Adiante, falaremos mais a respeito de sua história, sua fundação, sua metodologia de ensino, e alguns desafios enfrentados ao longo dos anos. Mas antes de tratarmos especificamente da ONG é necessário contextualizar sobre o projeto que originou a metodologia utilizada, que teve seu início na Venezuela com o *El Sistema Venezolano de Coros y Orquestras*.

### **3.1 - EL SISTEMA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA**

Idealizado por José Antonio Abreu, em 1975 na Venezuela, o El Sistema de Coros e Orquestras se baseia em um programa de educação musical para crianças e jovens espalhados por núcleos em todo o país. Esse é um programa de grande renome nacional e já formou conceituados músicos, maestros e professores de música.

O *El Sistema* consiste em um propósito central e três efeitos gerados pelo programa: O propósito nuclear é formar de modo humanista e integral a personalidade dos venezuelanos. Os efeitos do programa são: inserir socialmente crianças em estado de abandono, pobreza, incapacidade e drogadição; consolidar a idiosincrasia cultural de

cada região; beneficiar o maior número de crianças, jovens e famílias (El Sistema, 2017).

Segundo Geoffrey Baker (2016, p. 12), o conteúdo público informativo existente a respeito do *El Sistema* consiste na sua grande maioria de artigos e matérias em mídia, expressando o tom comemorativo das ações realizadas pelo programa. Mas quanto ao conteúdo acadêmico, o terreno é muito escasso e quase inexistente, sobrando espaço apenas para teses e defesas de trabalhos acadêmicos. Para Baker (2016), o programa tem como objetivo o ensino da música às crianças e jovens de todas as classes, e essa música exige um alto nível de técnica e conhecimento teórico que até então era algo limitado apenas a alta sociedade.

Segundo Baker (2016, p 14), o criador do *El Sistema* colocou que “como educador, eu estava pensando mais em disciplina que na música”, e é notório e evidente que o programa possui um importante papel na educação, formação e disciplina de jovens carentes, na política educacional da Venezuela, já que existem núcleos espalhados por todo o país.

Ainda sob a perspectiva apresentada por Baker (2016), o intuito da criação o El Sistema, ou seja, suas raízes e seu objetivo central era na verdade de instruir e proporcionar no país o ensino de música clássica promovendo assim um maior número de músicos formados elevando o nível cultural. Depois com o passar do tempo as proporções foram aumentando e o que eram aulas de música passou a se tornar um programa inclusivo e permitindo o acesso dos jovens mais carentes dos locais próximos ao seu núcleo. De fato, José Antônio Abreu, o criador, descartou publicamente a ideia de justiça econômica, declarando: “Os ricos têm um dever para com os pobres que nunca pagarão financeiramente. Mas eles podem pagá-lo socialmente: privar os pobres da beleza da mais alta arte é uma terrível forma de opressão”(BAKER 2016.p.15 apud VULLIAMY, 2015).

Apesar desse início com objetivos tão diferente do que vemos hoje, o *El Sistema* se baseia em um método didático e disciplinar do ensino de música clássica e que inspirou e continua sendo uma fonte de aprendizado para outros países como, Argentina, Peru, Colômbia, incluindo o Brasil.

Sendo tratado como um Programa Federal do Governo Venezuelano, o projeto de José Antonio Abreu atende a milhares de crianças e jovens de todo país e toda a manutenção, seja administrativa ou financeira, possui o caráter público. Começando em 1975 na Venezuela como uma orquestra jovem, já chegou a atender cerca de 420

centros de música (chamados núcleos), mais do que o dobro de orquestras, e 700.000 participantes.

O mesmo plano pedagógico do *El Sistema* foi adotado por diversas instituições em mais de 25 países, e no Brasil o primeiro núcleo do projeto está localizado em Campos do Goytacazes. É um processo inovador que rende frutos de desenvolvimento humano e social, e segundo Ficher (2012), gera a criação de grandes músicos em suas culturas locais. Os instrumentos utilizados pelos jovens são na maioria das vezes emprestados aos estudantes e as mensalidades são oferecidas a baixo custo ou gratuitas. O *El Sistema* concentra-se principalmente no cânone de Orquestra clássica, que é considerado “universal”, embora também inclua gêneros como a música de Hollywood. Grande parte dos músicos venezuelanos foram formados pelo *El Sistema*, e muitos se tornaram grandes músicos internacionais, entre eles, o maior exemplo é Gustavo Dudamel<sup>4</sup>.

No Brasil, como resultado desse movimento encontram-se organizações do Terceiro Setor que adotaram tais práticas e métodos de ensino, e criaram núcleos do *El Sistema*. Brevemente, serão descritos dois exemplos de projetos instalados em solo brasileiro, o do estado da Bahia, e o do município de Campos dos Goytacazes no estado do Rio de Janeiro, o último será tratado com mais detalhes, como objeto de estudo.

Na Bahia, encontramos o Núcleo Estadual de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia (NEOJIBA). Este núcleo, ativo desde 2007, tem como proposta agir com os princípios do programa venezuelano e com sua administração e finanças também públicas através do Governo Estadual, mas sua gestão realizada através de uma Organização Social. O NEOJIBA é o primeiro núcleo no Brasil a ser implementado diretamente como um programa governamental desde sua fundação.

“[...] é uma ação da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social e sua gestão é realizada pelo Instituto de Ação Social pela Música – IASPM, entidade sem fins lucrativos qualificada como Organização Social.” (NEOJIBA, 2018)

Outro núcleo do *El Sistema* presente no Brasil é o Orquestrando a Vida, atuando no município de Campos dos Goytacazes, e existente desde 1996, promovendo o acesso e a educação de música clássica seguindo os princípios e metodologia venezuelana.

---

<sup>4</sup>Gustavo Dudamel Ramírez (1981) é um maestro e violinista venezuelano. Atualmente, é o maestro principal da Orquestra Sinfônica de Gotemburgo, Suécia, e diretor musical da Orquestra Filarmônica de Los Angeles, Estados Unidos. Deu início aos estudos de regência em 1995, primeiramente com Rodolfo Saglimbeni, depois com José Antonio Abreu dentro do programa El Sistema. Em 1999 ele foi apontado como diretor musical da Orquestra Sinfônica Simón Bolívar, a orquestra nacional de jovens da Venezuela (DUDAMEL, 2018)

Trataremos de forma especial e mais aprofundada do núcleo do El Sistema presente na região do Norte Fluminense, mas também por se tratar do primeiro núcleo do programa no Brasil.

De modo geral, ressaltamos que a metodologia do *El Sistema* consiste em sempre buscar a excelência. O objetivo do programa é incentivar além da música, introduzir na criança desde o nível mais básico de aprendizado o contato com os palcos, gerando o aprendizado no comportamento, o contato com o belo, a humildade ao compartilhar da mesma estante, e a concentração ao olhar fixamente para o maestro. Conceito de disciplina, que a criança leva para o resto de sua vida (ABREU, 2017).

### **3.2 - ORQUESTRANDO A VIDA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES**

Inaugurada em 1996, a cidade de Campos dos Goytacazes recebeu a primeira delegação venezuelana de professores de música e maestros com o objetivo de dar início aqui no Brasil à implementação do projeto de Orquestras Juvenis e Infantis denominado *El Sistema* (Fundación Simón Bolívar). A recepção da delegação venezuelana no Brasil se deu através da senhora Fiorella Solares, viúva do maestro David Machado. Assim, foi dado início à ONG Orquestrando a Vida, que utiliza da música clássica como ferramenta de educação para aproximadamente 1180 crianças e adolescentes no município de Campos (Revista Orquestrando a Vida, 2010).

Como ferramenta, a ONG utiliza da música clássica para a realização dos trabalhos com as crianças, e para isso, conta com seis orquestras sinfônicas, formadas pelos alunos, e algumas delas, regidas por eles próprios. As orquestras são: *Orquestra Infantil*, formada por crianças de 7 a 10 anos e realiza a prática da musicalização infantil de maneira que a criança aprende fazendo; *Orquestra Sinfônica Escola (A e B)*, esta tem os mesmos objetivos da Orquestra Infantil, porém, aplicada a crianças de 10 a 13 anos, e é a partir daí que começam a ser treinados os futuros maestros da ONG; *Orquestra Infanto-juvenil* em que une os alunos que estão na prática mais avançada, a partir daí se tem a oportunidade do estudo de obras de referência para uma grande orquestra, além do aprimoramento teórico adquirido também há o desenvolvimento da interpretação e do caráter do músico; *Orquestra Jovem Mariuccia Iacovino*, essa é a orquestra de maior representação artística, pois, se tratando de teoria e prática, esse é o grupo que possui maior experiência com integrantes entre 15 a 19 anos, e normalmente já são

considerados profissionais; *Camerata David Machado*, essa é a primeira orquestra da ONG Orquestrando a Vida formada em 1998, teve como seus primeiros integrantes os primeiros professores do *El Sistema* em Campos.

A existência da ONG no município cria um patrimônio no cenário cultural campista, e leva o nome da cidade em suas turnês por todo Brasil e pelo mundo. A orquestra Mariuccia Iacovino - principal orquestra na ONG - já participou de turnês em algumas partes do Brasil, Nova Iorque, Portugal e Venezuela, ainda assim, já enfrentou momentos de grandes desafios.

A próxima sessão é composta pelos resultados da vivência no Orquestrando a Vida e de entrevistas realizadas para este trabalho e contará com mais detalhes a respeito da fundação da ONG e do seu funcionamento.

### **3.2.1 - RESULTADOS DA PESQUISA E DISCUSSÃO**

Nosso interesse pela ONG Orquestrando a Vida começou no mês de julho de 2015, quando o Coral da UENF da qual fazíamos parte, por uma parceria começou a ensaiar na sede da ONG, em conjunto com o Coral de pais e amigos do Orquestrando a Vida e também com o Coral Juvenil e a Orquestra Mariuccia Iacovino. Foram aproximadamente seis meses, com encontro semanais, além das viagens e concertos realizados na UENF, no Teatro Municipal de Campos (Trianon) e na reinauguração da Catedral de Vitória.

O que mais nos chamou a atenção no funcionamento da ONG, além da organização e o sentimento de responsabilidade das crianças e adolescentes, era o resultado de excelência atingido pelos corais e orquestras do Projeto, com grandes performances de peças de difíceis execução como a Nona Sinfonia de Beethoven, ou as Danças Polovtsianas, ópera Príncipe Igor de Alexander Borondin.

No final de 2016, uma aluna do curso de graduação em Administração Pública, participante da ENACTUS nos procurou a fim de ter o contato com a Diretoria da Orquestrando a Vida, para propor um projeto de parceria com a ONG. Neste capítulo, detalhamos as experiências de funcionamento e da parceria realizada ente a ONG e a ENACTUS.

As informações foram coletadas através de três entrevistas semiestruturadas, duas que foram realizadas a partir de um roteiro de perguntas aplicado ao atual diretor da ONG Orquestrando a Vida e uma entrevista realizada com a presidente da ENACTUS

Com o Diretor da Orquestrando a Vida, a primeira entrevista se deu em agosto de 2016 e a segunda em junho de 2018, possibilitando assim, a concentração de informações sobre a atuação da ONG e de como vem sendo realizada a sua gestão, bem como sua evolução entre esse período. Visto que é interessante, saudável e necessário o diálogo entre a universidade e os projetos na prática, também foi realizada uma entrevista com a presidente da ENACTUS, que se trata de uma organização de movimento estudantil dentro da UENF que tem como objetivo a participação dos alunos em projetos de economia participativa e economia solidária, e teve como seu primeiro projeto desde sua fundação, a ONG Orquestrando a Vida.

A entrevista realizada com o diretor em junho de 2018 acontece como uma finalização do acompanhamento dos trabalhos realizados pela ONG administrativa e socialmente na cidade. O objetivo foi analisar os possíveis avanços realizados pela diretoria, a melhoria do relacionamento entre a ONG e o poder público no que diz respeito ao apoio financeiro, e a metodologia utilizada no trabalho realizado com os jovens.

## **REALIDADE DA ORQUESTRANDO A VIDA EM 2016**

No momento de sua criação, a ONG atuava como uma associação chamada “Tocando Vida” e após seis anos mudou o nome para “Orquestrando Vida”, como é conhecida atualmente. Sua criação veio a partir da iniciativa de alguns músicos locais de suprir a necessidade e vontade de algumas crianças e adolescente de estudar música. O Centro de Cultural Musical foi onde encontraram o primeiro suporte, onde foi cedido um espaço físico para trabalharem. Na época, Centro Cultural mantinha um projeto chamado “Meninos do entardecer”, com aproximadamente de 30 meninos que se apresentavam na escadaria do antigo Fórum, hoje a Câmara Municipal, aos sábados. No período de funcionamento o projeto começou a se apresentar nos bairros e as crianças de baixa renda, que não tinham acesso a arte, começaram a despertar o interesse através dos instrumentos utilizados no projeto, e começaram a procurar o projeto. A partir daí, o projeto ligado ao Centro Cultura Musical começou a oferecer bolsas e o grupo foi crescendo cada vez mais. Com a chegada dos venezuelanos, os membros dos projeto começaram a seguir a metodologia do *El Sistema*, dando início ao processo do Orquestrando a Vida.

Foi firmado um convênio com a Prefeitura de Campos dos Goytacazes para a manutenção da orquestra e coro de Campos, um convênio para execução de um plano de trabalho da orquestra e coro Municipal, assim como pontuou Lipisky e Smith (1990), a ONG começa seus trabalhos financiada por recursos públicos, o que vai persistir durante todo o seu funcionamento. A proposta inicial, metodologicamente falando, era de trabalhar com excelência o ensino da música seguindo os padrões da Venezuela, do *El Sistema*. Já socialmente, a proposta era de trabalhar a integração da criança de baixa renda com a arte, através da música, como ferramenta de transformação social, sendo, que esta proposta permanece até hoje. Os resultados são considerados visivelmente positivos, e uma considerável mudança na perspectiva de vida. A ONG almeja trabalhar sempre com excelência e grandes desafios, considerando que a criança já possui um potencial e são esses desafios que atraem essas crianças, fazendo com elas permaneçam e queiram aprimorar.

O número máximo participantes da ONG foi de 1180 de jovens, quando existiam patrocínios, núcleos em Guarus e na comunidade da Baleeira, além da sede, realizando um funcionamento em todos os turnos (manhã, tarde e noite). Devido aos cortes de patrocínios, não existe mais o funcionamento dos núcleos e nem os turnos manhã e noite, apenas o turno da tarde (14h às 19h) na sede da ONG, reduzindo consideravelmente o número de alunos. Diante disso, o número de funcionários também foi reduzido, pois não havia como remunerá-los. Hoje a ONG possui em torno de 290 a 320 alunos e 4 maestros, 1 funcionária de secretaria e pátio, 4 monitores, 1 diretor geral e 2 voluntários na parte financeira e 1 voluntária na assistência social. Necessitando de uma maior dedicação e intensidade para obtenção do objetivo de atingir a excelência.

Uma questão interessante que abordada se relaciona com um dos grandes pilares da ONG para a sociedade, a questão da família. Foi observado que a ONG tem sido enxergada por muitas famílias como um local onde pode deixar seu filho enquanto trabalham, um contra turno, e não necessariamente um local de aprendizado, de desenvolvimento, tornando um “depósito de criança” (palavras utilizadas pelo entrevistado). Essa situação passou a ser considerado um problema, pois os alunos não recebem um acompanhamento familiar, transferindo para a ONG um peso maior como educadores e não professores. Dessa forma, a ONG tem buscado trazer a família para “dentro” da instituição, através de festas, concertos. Além dessa tentativa de aproximar a família dos participantes, a ONG promove também visitas dirigidas para a população,

a fim de apresentar o dia-a-dia das atividades, como é o ensino, como trabalham com os jovens, apresentando as deficiências e as qualidades do projeto.

A ONG sempre buscar essa relação de proximidade com a sociedade, principalmente por possuírem o apoio da imprensa local, através do jornal, rádio, televisão, e outros, afirmando que não possui conhecimento sobre o trabalho desenvolvido apenas os que não acompanham as mídias locais, pois a divulgação é feita. Além da divulgação midiática, são promovidos eventos, shows com artistas conceituados, como por exemplo, Guilherme Arantes, Toquinho e Daniel Boaventura. Também são realizadas apresentações nos bairros, colégios, igrejas.

Para a direção da ONG, a forma de ampliar esse contato com a comunidade seria o retorno dos núcleos em bairros carentes. A ONG afirma cumprir o seu papel trazendo para a região uma nova maneira de pensar o acesso à música e os benefícios por ela causados.

Por falta de recursos, a ONG buscava alternativas para sua manutenção e uma das soluções encontrada foi à venda de CDs no semáforo e através desse contato direto com a população tem recebido vários *feedbacks* positivos de pessoas que vão até os vendedores para contar sua experiência ou conhecer melhor os trabalhos realizados pela ONG.

Segundo o diretor, a população demonstra nesses contatos principalmente indignação com o governo municipal pela falta de reconhecimento do trabalho exercido, por não oferecer condições dignas da execução das atividades propostas pela ONG. Os teatros estão sempre lotados em suas apresentações, respondendo a um reconhecimento artístico da população de Campos, a direção acredita que o financiamento do governo não tem sido feito, pela falta de reconhecimento do trabalho como um benefício, como uma preparação da criança e do adolescente para o futuro, não apenas pelo afastamento ao meio que envolve drogas e violência, mas para preparação da parte intelectual desses jovens através da arte, pela liberdade de pensamento. A música é tratada na educação apenas como entretenimento, eventos festivos e não como um seguimento dentro da educação. Essa ausência da arte nas escolas contribui para o desestímulo dos alunos em querer aprenderem, já que são ensinados a fazer algo para atingir objetivos de curto prazo e não de longo prazo.

Assim, o discurso é que o grande fator para a falta de desenvolvimento do projeto, é a falta de investimento público e das empresas. Em resumo, o argumento coloca que uma obrigação do poder público fica nas mãos de poucos interessados em

não abandonar esse projeto, os problemas financeiros que a ONG vem enfrentando, não é portanto, consequência da crise financeira que tem ocorrido recentemente, mas por uma crise moral que impede o desenvolvimento desse tipo de projeto.

## **ENACTUS E A RELAÇÃO COM O ORQUESTRANDO A VIDA**

Enactus é uma organização internacional sem fins lucrativos dedicada a inspirar os alunos a melhorar o mundo através da Ação Empreendedora.

“Somos uma rede de estudantes, líderes executivos e líderes acadêmicos, onde fornecemos uma plataforma para os universitários criarem projetos de desenvolvimento comunitário que colocam capacidade e talento das pessoas em foco. Com isso, nossos alunos fazem da Ação Empreendedora a ferramenta que transforma vidas. E a transformação acontece dos dois lados: as pessoas que servimos e os alunos, que desenvolvem valores para se tornarem os verdadeiros líderes do futuro”. (site da ENACTUS).

A Enactus é uma organização estudantil internacional presente em 36 países, e atua com três atores: Os estudantes, os professores conselheiros e as empresas. O objetivo da rede Enactus é a prática de empreendedorismo social. É a realização da prática de assessoria visando a obtenção de desenvolvimento, lucro e resultado para a comunidade ou ONG que está sendo auxiliada. A diferença da Enactus com uma empresa Júnior, é que a Empresa Júnior presta um serviço para uma empresa. A Enactus presta serviço para alguma comunidade em específico.

O trabalho que é realizado não é de assistencialismo. A equipe elabora um projeto (social, ambiental ou econômico), que pode ser desenvolvido em diversas áreas como a engenharia, sociologia, biologia, entre outros.

Na Universidade, a Enactus funciona como uma forma prática de exercer a habilidade que o aluno adquiriu com o decorrer da graduação (sempre amparados pelo professor conselheiro). O trabalho é essa união entre os estudantes da universidade para o desenvolvimento de projetos para dar suporte e auxiliar a comunidade em que está inserido de forma atuante.

Logo no início da sua formação, a Enactus contactou a Orquestrando a Vida. Faz parte do processo de criação de um "time Enactus" a prospecção de um projeto. O professor conselheiro está todo o tempo auxiliando o grupo, além de representar a Enactus perante UENF, a comunidade, e a Enactus Brasil. Este professor conselheiro sugeriu que o começo dos trabalhos deveria se dar com um projeto de uma comunidade

já existente. Em deliberação interna os membros da organização decidiram contatar e trabalhar com a Orquestrando a Vida. Era de conhecimento da equipe o trabalho realizado pela ONG e também algumas dificuldades que estavam enfrentando, e isso se encaixava com as atribuições que a Enactus possuía e com possíveis ações de ajuda à ONG.

Dessa forma foi realizada a parceria entre a Enactus e a Orquestrando a Vida. No processo de trabalho, primeiro diagnosticou-se as necessidades existentes na ONG, de forma que a atuação não fosse a de prestar assistencialismo. Algumas falhas foram observadas, e a principal delas, na área financeira. Por outro lado, observou-se que uma das principais qualidades era a valorização da ONG perante o município, pois a Orquestrando a Vida está presente na cidade há mais de vinte anos realizando o trabalho com as crianças. A ideia era auxiliar a reestruturação financeira da ONG de forma que acabasse com a dependência do assistencialismo que as crianças e jovens estavam sendo submetidos.

O projeto foi dividido em dois ciclos. No primeiro momento foi de analisar o desafio financeiro. Era necessário falar sobre o empreendedorismo social e sustentabilidade econômica, mas o método que a ONG estava utilizando era de ir para as ruas com as crianças no sinal, para que estas vendessem DVDs de suas apresentações. Para sanar esse desafio, foi adotada uma metodologia para fazer com que fosse possível a arrecadação de dinheiro sem que haja o "marketing apelativo" que estava sendo utilizado. Ao mesmo tempo essa metodologia alternativa de financiamento, foi a busca de recursos junto ao poder público.

Foi utilizado o recurso da Política Pública Municipal em que a dedução do imposto de renda possa ser destinada ao Fundo Municipal da Criança e da Juventude<sup>5</sup> (LEI Nº 7803 de 07 de abril de 2006). O funcionamento dessa Lei possibilita que uma porcentagem que a pessoa física ou jurídica descontaria para o IR, possa ser doada para algum projeto de cultura ou educação. Essa forma de financiamento, segundo a equipe da Enactus, era um procedimento simples, com todos os meios necessários para sua execução já postos. É um procedimento que pode ser realizado através da internet, no site em que é feito o desconto do imposto. Porém, o recurso arrecadado, antes é

---

<sup>5</sup>O Fundo pode receber recursos do Imposto de Renda num teto de até 6%, de pessoas físicas, e 1% da verba do Imposto de Renda de pessoas jurídicas. A verba do Fundo é direcionada aos projetos das entidades que atendem crianças e adolescentes, e complementam as ações já desenvolvidas pelo poder público. O Fundo é gerido pelo Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMPDCA). (Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, 2018)

repassado para o Fundo da Criança e do Adolescente do município, e só depois, ele é repassado para a ONG. Porém, por entraves burocráticos, esse repasse não aconteceu e com isso, todo o esforço de marketing e elaboração da metodologia se tornou vão.

No segundo momento de atuação do projeto, a tentativa foi de atrair mais pessoas para “dentro” da ONG, para melhor conhecer o trabalho que era realizado. O objetivo principal, necessariamente, nem era a doação monetária, mas sim, o conhecimento das pessoas sobre trabalho que estava sendo executado e o apoio humano e social. A contribuição monetária que viesse a ocorrer era um grande bônus por essa ação, e ainda assim acontecia frequentemente. O grande desafio relacionado a esse momento era com o sistema, ou também podemos chamar de “cultura” de gestão que já estava estabelecida na ONG. A tentativa era que com o acompanhamento da Enactus, a destinação do que era arrecadado fosse utilizado para a quitação de dívidas que estavam pendentes. Mas a cultura existente não permitiu a efetividade do projeto, a metodologia precisou ser modificada para que fosse realizada antes de tudo, uma capacitação de quais deveriam ser as prioridades financeiras dessa organização.

Uma outra metodologia adotada foi relacionada ao marketing da ONG. A Enactus auxiliou na criação de um site, movimentação das redes sociais e publicações que oferecesse uma maior visibilidade para a instituição. No ano de 2017, a ONG foi contemplada com o apoio financeiro do projeto Criança Esperança, e teve a oportunidade de levar uma de suas orquestras sinfônicas, a Orquestra Mariuccia Iacovino, à gravação do evento que é transmitido em rede mundial nos Estúdios Globo. Essa ação ocorreu com o auxílio da equipe que estava coordenando o marketing desse projeto. Uma outra ação do marketing, foi acabar com a ideia de que a venda de CDs e DVDs das orquestras é um recurso de marketing positivo. Todo esse aprendizado relacionado ao marketing teve êxito, e eles próprios na ONG conseguiram aprender e reproduzir o que foi aprendido.

Sobre os recursos, a ONG que antes possuía o apoio da Prefeitura de Campos e da Petrobrás, com o passar do tempo, viu a prefeitura cessar completamente os recursos e a Petrobrás reduzindo gradativa e consideravelmente os recursos, sendo o que havia de entrada, não era suficiente para quitar os compromissos financeiros. Com isso, o andamento dos trabalhos realizados na ONG estava sendo prejudicados com o excesso de contas a pagar e uma má administração de recurso.

A visão da Enactus em relação à Orquestrando a Vida, em termos administrativos, é de uma organização com um grande potencial, mas barrada por

desafios políticos e financeiros. Ao final de sua fala, a em entrevista a presidente da Enactus diz que “a Orquestrando a Vida é muito política” (expressão utilizada pela entrevistada, afim de explicar sobre a dependência financeira), e eles estão acostumados a isso.

“...A gente queria ter feito mais (...) a gente não queria um marketing apelativo, as crianças não precisam disso, mas parece que é isso que eles gostam de fazer. (...) projeto foi encerrado por causa disso, (...) a gente poderia conseguir três milhões, quatro milhões, cinco milhões, e colocar lá dentro que eles ainda teriam dívida para pagar”.

O projeto com a Orquestrando a Vida, chamado de “DóRéMi”, apesar de ser o primeiro da equipe e o primeiro da organização na UENF, segundo a entrevistada, foi um projeto muito satisfatório e mesmo depois de seu final, ainda rendeu frutos à equipe. Além de todo o aprendizado com a atuação profissional, a equipe obteve o reconhecimento nacional com o projeto e levando o nome da universidade ao encontro anual da Enactus no Brasil.

## **ORQUESTRANDO A VIDA EM 2018**

Desde a última entrevista realizada com o diretor, houve mudanças significativas no que diz respeito a sua situação financeira e contemplação nos editais de financiamento, como o Fundo da Criança e Adolescente do Município e Criança Esperança. Segundo a direção, esse apoio, apesar de ser muito útil e de extrema ajuda às necessidades da ONG, cobrem apenas uma parte do que realmente se faz necessário.

A ONG atende hoje aproximadamente 400 crianças por ano, e segundo o diretor, esse número varia bastante ao longo dos meses entre alunos que se inscrevem, abandonam e retornam. Essa é a demanda da sede, e pelo seu tamanho, pode atender até 350 crianças por vez.

A "menina dos olhos" da diretoria da ONG são os núcleos. Esses núcleos são as unidades da Orquestrando a Vida em bairros da cidade que possuem uma maior carência de oportunidades. Segundo o planejamento, esse é um objetivo dividido em metas de curto, médio e longo prazo. Hoje, o foco da ONG é concretizar esse plano de dar início aos trabalhos nessas pelo menos cinco grandes regiões de Campos, as áreas que pretendem contemplar são: El Dorado, Penha, Santa Rosa, Parque Guarus, Beira da Linha, Tapera, Ururai, Donana, Goytacazes, Joquey, Baleeira. Houve um tempo em que o núcleo da Baleeira estava ativo, mas por um inesperado corte de recursos, teve que ser

fechado no ano de 2016, devido a uma grande crise que a ONG enfrentou. Esse e os demais núcleos ainda não estão ativos, mas Santa Rosa, El Dorado, Baleeira, Beira da Linha já tem um local para dar início ao aprendizado da música. O plano ainda não se concretizou, pois ainda há a espera de mais recursos para poder dar início às atividades. Segundo o diretor geral, há a inviabilidade de começar de maneira precária e sem as condições necessárias para um bom início. A ideia é que tenha o mesmo padrão de qualidade que a sede possui.

A atribuição a essa dificuldade na obtenção de recursos é atribuída a forma que a ONG é vista por quem está de fora. As pessoas olham para ONG e o que vêem é apenas a música, mas não enxergam o que realmente a ONG pode ofertar. O olhar é apenas para o entretenimento. O alvo que a Orquestrando a Vida pretende alcançar vai muito além de buscar um grande potencial artístico que esses lugares podem oferecer, o que essas crianças poderão fazer posteriormente seria uma consequência positiva daquilo que é objetivo principal, que é dar a essas crianças uma oportunidade de ver o mundo sob outra perspectiva, e proporcionando a elas o acesso a música, e também dando a ela o suporte devido com o acompanhamento de um assistente social e um psicopedagogo, essa criança/jovem teria a oportunidade de ver além da realidade em que está cercado.

Para a direção a realidade da maioria dos jovens dessas comunidades é estar cercado pela pobreza, tráfico, a precariedade do acesso a saúde e educação, e o objetivo da ONG é dar a eles uma luz e não apenas a possibilidade de sair desse meio, como também a possibilidade de mudar esse meio. A importância do trabalho nesses núcleos se torna o grande alvo, pois atendendo a pelo menos 200 crianças, entende-se que não está atendendo apenas a 200 pessoas, mas são 200 vidas, 200 famílias, e a consequência disso é que se potencialize os efeitos educativo do processo de aprendizagem.

Porém, diferente de como ocorria antes, essa visão não está mais ligada a não participação dos pais, mas às demais pessoas que tem um conhecimento superficial do trabalho que é realizado. Segundo o entrevistado, foi implementado um processo de seleção das crianças e dos jovens, mas é um procedimento que ocorre com o mínimo possível de burocracia. Trata-se apenas de uma “triagem” (termo utilizado pelo entrevistado) em que o jovem e a família são submetidos a uma entrevista em que é exposto a forma como funciona a metodologia da ONG, bem como os direitos e deveres da ONG com a criança e também da criança/pais com a ONG. Segundo ele, depois dessa seleção, a participação dos pais e responsáveis aumentou consideravelmente, o

que resulta em uma maior pontualidade, assiduidade e participação dos pais nas reuniões, eventos, concertos, e demais atividades oferecidas pela ONG.

A ONG não atende apenas a crianças e jovens de baixa renda, mas desde 2016, há uma diversidade de classes sociais entre os alunos. Segundo o diretor, hoje as orquestras possuem alunos que são filhos de advogados e arquitetos, e estes, dividem a sala com alunos filhos de domésticas e profissões ligadas a classes mais baixas, assim, esse contato é muito interessante, pois é possível essa interação sem restrições de classe ou raça, pois estão todos a aprender um instrumento. O projeto além de proporcionar esse contato entre alunos de diversas regiões do município, com conhecimentos musicais e culturais de realidades extremamente diferentes da música clássica (ou erudita), também traz uma igualdade ao tornar possíveis esses encontros entre as classes sociais. Entre os alunos matriculados, existem pelo menos 25% que possuem condições econômicas e sociais mais favorecidas (dados do entrevistado). O projeto não precisa ser visto como um "projeto de miseráveis", segundo ele é assim que os projetos sociais são vistos.

Todos os alunos da ONG têm seu acesso ao ensino de forma gratuita, e em sua totalidade independente da classe social a que pertençam. Em contrapartida, os pais possuem a responsabilidade da venda de ingressos ou qualquer outro produto que a ONG esteja utilizando como ferramenta para obter recurso. Segundo o entrevistado, já a algum tempo eles não dependem da venda de CDs e DVDs no semáforo para ter recurso, pois uma das grandes mudanças que possibilitaram essa estabilização financeira foi a sua inserção nos editais de financiamento, como por exemplo, o Fundo da Criança e do Adolescente do Município

Ainda sobre o procedimento da inscrição, o entrevistado diz que no procedimento das entrevistas que são realizadas a criança/jovem e os pais passam a receber um acompanhamento de um responsável pelo serviço social, e a criança recebe um acompanhamento escolar de um psicopedagogo, e esses profissionais fazem periodicamente uma avaliação do desenvolvimento da criança, a fim de garantir que a mudança que a ONG está fazendo em sua vida vai além de um conhecimento de artes e música, mas sim uma mudança em seu desenvolvimento como pessoa.

Nesse processo, a criança tem na maioria dos casos o seu primeiro contato com os instrumentos de orquestra. Muitas delas chegam a ONG com uma ideia completamente diferente de música, e na escolha de instrumentos é orientada a escolha

de acordo com seu porte físico, ou com suas limitações como respiração (para instrumentos de sopro, e postura para instrumentos como o violino).

A mão de obra para a realização das atividades da ONG é executada pelos próprios integrantes (adultos e crianças), inclusive de limpeza da sede. Segundo o entrevistado, as crianças desde do início do aprendizado com o instrumento, são treinadas para serem novos líderes. Nas aulas, além de professores existem os monitores que prestam a assistência ao professor, também é incentivado o processo de ensinar aos próprios colegas. Para ser um monitor, independe da idade, basta ter um conhecimento teórico e prático do instrumento e o talento nato para liderança, e isso pode ocorrer com crianças de dezessete anos, mas também com as crianças de nove anos de idade. Segundo o diretor da ONG, no treinamento de orquestras não é importante e nem saudável para o grupo que uma criança "saiba mais", mas sim que todos saibam, e por isso que há esse estímulo ao despertar nas crianças esse talento não só musical, mas também de espírito de coletividade.

O diretor cita dois exemplos de jovens que começaram a estudar na ONG ainda quando crianças, e hoje desempenham funções como Diretor dos núcleos (que ainda estão em fase de planejamento, mas dirigidos por ele), assim, como uma jovem que está na ONG desde pequena e hoje é maestrina da Orquestra Infantil. O entrevistado diz que esses são apenas alguns dos exemplos que são possíveis listar, pois esse é um trabalho e uma metodologia adotada pela ONG desde o começo, e o que se tem hoje é um reflexo do método do *El Sistema*. Segundo ele, a ONG Orquestrando a Vida possui o reconhecimento dos venezuelanos por ser um dos únicos núcleos no mundo que segue rigorosamente aos princípios e métodos tornando-se assim, um núcleo legítimo do programa no Brasil.

O número de profissionais que a ONG possui ainda não é o suficiente devido à demanda por parte do número de crianças, mas é o quadro possível levando em conta os recursos disponíveis. Os monitores auxiliam nesse papel do ensino. Hoje é possível a ONG receber crianças ao longo do ano inteiro, pois a cada novo aluno que chega, um monitor auxilia e cuida para que o novo aluno seja acolhido, integrado ao grupo e sendo treinado no instrumento. De maneira geral, o quadro de funcionários é composto por onze professores subsidiados pelo Criança Esperança, dez através de recurso de um edital municipal, uma assistente social subsidiada por edital e outro voluntário, um psicopedagogo voluntário, o corpo administrativo é integralmente voluntário, dois voluntários na cantina, e a limpeza da sede é feita por conta dos integrantes assim como

o funcionamento da secretaria e o portão, que são feitos através de rodízio entre os professores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho vimos que o conceito de cultura em sua ação e dimensão política está diretamente ligado com o conceito de cidadania, sendo possível o conhecimento sobre a necessidade da expressão e manifestação cultural que os indivíduos e os grupos sociais possuem.

Vimos que as políticas culturais devem existir com o propósito de tornar acessível todas as formas de cultura a todos os cidadãos, e cada indivíduo ou grupo deve ter o direito de ser um participante da produção e do consumo das formas de expressão cultural.

Também foi abordado a respeito da história da formação de normas e estrutura do Terceiro Setor no Brasil, até desenho institucional do modelo que conhecemos hoje, bem como seu papel na oferta de serviços públicos de cultura na sociedade através da implementação de projetos que visam tornar esses produtos e serviços, a efetivação dos direitos da população, que são em última análise de responsabilidade do Estado, como por exemplo o direito à livre expressão e produção cultural.

Analizamos o *El Sistema*, programa venezuelano que deu origem a uma metodologia de ensino de música clássica para crianças e jovens de baixa renda, e que possui um de seus núcleos de ensino no município de Campos dos Goytacazes com a ONG Orquestrando a Vida.

Este trabalho também possibilitou observarmos a relação entre Universidade e a “vida real” com a Enactus e o trabalho que foi desempenhado pelos estudantes da UENF na ONG através do empreendedorismo social.

Foi possível observar que essa relação não foi isenta de conflitos, como o caso do marketing que era realizado nos sinais, e criticado pela Enactus. Porém, é possível perceber que a parceria rendeu bons frutos para ambas as partes.

A ONG Orquestrando a Vida desempenha um importante papel no município não apenas diretamente na vida das crianças e jovens que são atendidos pelo projeto ao longo de todos os anos de sua existência, mas atua indiretamente na vida de seus familiares e amigos. Não é apenas sobre música que o Orquestrando a Vida ensina. O acesso à cultura seja ela na música clássica ou em que qualquer outro seguimento, tem o poder de gerar transformações na perspectiva de futuro de um indivíduo e isso gera mudanças também no ambiente que esse jovem está inserido. O contato com um mundo onde é possível criar e se expressar, dá a capacidade a esse indivíduo de olhar para outro

futuro em que ele não é apenas o receptor de um produto que chega pronto em suas mãos, mas o torna capaz de criar seu próprio ritmo.

## REFERÊNCIAS

ABREU, José Antonio. El Sistema music revolution. In: TED Ideas Worth to spreading. 2009. Disponível em:

AZEVEDO, N.L. BOTELHO, T.R. Gestão Participativa e política de patrimônio no município de Belo Horizonte: realidade ou mito?. In: Ciências Sociais Unisinos, 41 (1), jan-abr, 2005, p.43-52

AZEVEDO, N.L.; JÚNIOR, W.C.J. Introdução. In: AZEVEDO, Nilo Lima de; JÚNIOR, Wilson Coury Jabour, et al. Reflexões e Olhares: O patrimônio cultural de Juiz de Fora. 1. ed. Juiz de Fora: Funalfa, 2012. cap. 1, p. 9-16. v. 1.

Baker, Geoffrey. 2016. Editorial Introduction: El Sistema in critical perspective. Action, Criticism, and Theory for Music Education 15(1): 10–32. [act.maydaygroup.org/articles/Baker15\\_1.pdf](http://act.maydaygroup.org/articles/Baker15_1.pdf)

BARBALHO, A. Política Cultural. 01. ed. Salvador, Salvador: P55edições, 2013. 15 p. v. 01. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/BARBALHOAlexandrePoliticaCulturalColecaoPoliticaseGestaoCulturaisSECULT2013.pdf>. Acesso em: 06 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília: 1995. (p. 13)

CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2014. Fundo financia projetos que atendem crianças e adolescentes. Disponível em: [https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=23457](https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=23457) Acesso em 20 de Junho de 2018.

CANCLINI, N. G. Definicionesem transición. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

CHAUÍ, M. Cidadania Cultural. Cultura Política e Política Cultural, São Paulo, p. 71-84, dez. 1994.

CHAUÍ, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2000.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. Revista Latinoamericana de Ciências Sociales, Buenos Aires, v. 01, n. 01, p. 53-76, jun. 2008.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988). . Brasília: [s.n.], 1988. 1 p. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 07 nov. 2016.

DECLARAÇÃO do México. [S.l.: s.n.], 1985. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

DUDAMEL, G. 2018. Disponível em: <<http://gustavodudamel.com/us-en/a-mi-maestro-concert-and-livestream>> acesso em 12 de maio de 2018.

El SISTEMA, Fundação Simón Bolívar. Disponível em: <<http://fundamusical.org.ve/>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

FERNANDES, N.M. A cultura como direito: reflexões acerca da cidadania cultural. 1. ed. Caxambu: [s.n.], 2010. 5 p. v. 1.

FISCHER, H. Anuário Viva Música: Cidadania Sinfônica. Rio de Janeiro: Viva Música! Edições, 2012.

[https://www.ted.com/talks/jose\\_abreu\\_on\\_kids\\_transformed\\_by\\_music](https://www.ted.com/talks/jose_abreu_on_kids_transformed_by_music)

LEITE, M.A.C. O TERCEIRO SETOR E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - OSCIPs. Junho, 2003. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

MUELLER, S. 2014. Shared Rule in Federal Political Systems: Conceptual Lessons from Subnational Switzerland. Publius: The Journal of Federalism 44, 82–108.

NEOJIBÁ, Histórico; Disponível em: <<http://neojiba.org/historico/>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

NETO, J T. C. Dicionário Crítico de Política Cultural. São Paulo: Iluminuras, 1997.

OAB SÃO PAULO. Ordem dos Advogados do Brasil. Cartilha do Terceiro Setor. 1. ed. São Paulo: [s.n.], 2011. 6 p. Disponível em: <[http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/direito-terceiro-setor/cartilhas/REVISaO%202011Cartilha\\_Revisao\\_2007\\_Final\\_Sem%20destaque%20de%20alteracoes.pdf](http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/direito-terceiro-setor/cartilhas/REVISaO%202011Cartilha_Revisao_2007_Final_Sem%20destaque%20de%20alteracoes.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2016

PEREIRA, L.B.C, A Reforma do Estado nos Anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1)

REIS, P F. O Estado e Políticas Culturais. In: II Seminário Internacional Políticas Culturais, Rio de Janeiro, 2011.

RUBIM, A. Políticas Culturais entre o possível e o impossível. Comunicação apresentada no II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult). Salvador: FACOM/UFBA, 2006.

SERVA, M, O Estado e as ONGs: Uma parceria complexa (artigo 1997. p42 a 49)

SILVA, M; SOUZA, C; FARIAS, M. Terceiro Setor: Um Agente de transformação na sociedade. Janus, Lorena, n.17, Jan./Jun., 2013. p.89-94.

TERCEIRO-SETOR: disponível em: <<http://terceiro-setor.info/associacoes-e-fundacoes.html>> acesso em 15 de junho de 2018.

WADY, A, F.2008. “O que é ‘poder extroverso’?”. Disponível em: <<https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/91227/o-que-e-poder-extroverso-ariane-fucci-wady>> Acesso em 03 de julho de 2018